Despacho (extracto) n.º 11 348/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em ensino de Matemática requeridas pela licenciada em Matemática (ensino de) Natália Maria Marinho Dinis:

Presidente — Doutora Emília Joaquina Giraldes Soares, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutora Natália Isabel Quadros Bebiana Pinheiro da Providência Costa, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Graça Pereira Soares, professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 11 349/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Maio de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica requeridas pelo licenciado em Medicina Veterinária Carlos Alberto e Silva Venâncio:

Presidente — Presidente do conselho científico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor José Maria Villar Lacilla, professor catedrático da Faculdade de Veterinária da Universidad de León.

Doutor Victor Manuel de Carvalho Pinheiro, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 11 350/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Maio de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas requeridas pela licenciada em Psicologia Organizacional Maria Luísa Martins Machado:

Presidente — Doutor Carlos da Costa Assunção, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor Telmo Santos Verdelho, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor Rui Manuel Gomes Dias Guimarães, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 11 351/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Maio de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Matemática e Ciências da Natureza Ana Paula da Rocha Rodrigues Oliveira:

Presidente — Doutora Emília Joaquina Giraldes Soares, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor José Manuel Moutinho Pereira, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutora Teresa Maria dos Santos Pinto, professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor António Castro Ribeiro, professor-adjunto da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível)*.

Despacho (extracto) n.º 11 352/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Maio de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores

para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas requeridas pela licenciada em Ensino do Português/Inglês Palmira da Silva Correia:

Presidente — Doutora Maria Henriqueta de Almeida Gonçalves, professora associada com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor José Carlos Seabra Pereira, professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Luísa de Castro Soares, professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 11 353/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Maio de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, são designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Cultura Portuguesa requeridas pelo licenciado em Estudos Superiores Especializados em Português e Francês Manuel José Vilares:

Presidente — Doutora Maria Olinda Rodrigues Santana, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor Fernando Alberto Torres Moreira, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor José Gonçalves Gama, professor associado da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2006. — Pelo Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 11 354/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Abril de 2006:

Rui Manuel Carvalho Pais — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente (do 2.º triénio), pelo período de um ano, além do quadro, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 6 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

Despacho n.º 11 355/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Abril de 2006:

Hugo Daniel da Cunha Lança Silva — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, além do quadro, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 3 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

Despacho n.º 11 356/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Abril de 2006:

Orlando Manuel Barrocas Roque — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, por um ano, além do quadro, em regime de tempo integral sem exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início em 4 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

Despacho n.º 11 357/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Abril de 2006:

Luís Alberto Guerreiro da Conceição Cacito — autorizado o contrato administrativo de provimento, por um ano, como equiparado a assistente do 2.º triénio, além do quadro, em tempo parcial de

50 %, no regime de acumulação de funções, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 6 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

Despacho n.º 11 358/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Março de 2006:

José da Silva Rodrigues — autorizado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um semestre, como equiparado a professor-adjunto, além do quadro, a tempo parcial de 40 %, em regime de acumulação de funções, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início em 3 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Maio de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Escola Superior de Saúde de Bragança

Despacho n.º 11 359/2006 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Vera Alexandra Ferro Lebres — na sequência de concurso documental, provida por contrato trienal assistente do 1.º triénio para o exercício de funções docentes nesta Escola, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º e do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Gilberto Rogério Pires dos Santos*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho n.º 11 360/2006 (2.ª série). — Nos termos da deliberação da comissão permanente do conselho geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) de 3 de Maio de 2006 e para efeitos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março (condições especiais de acesso e ingresso no ensino superior), é aprovado o regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores do IPCB dos maiores de 23 anos.

Regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos.

Artigo 1.º

Condições para requerer a inscrição

Podem inscrever-se para a realização das provas os candidatos que completem 23 anos até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas.

Artigo 2.º

Inscrição

1 — A inscrição para a realização das provas é apresentada directamente na escola onde funcione o curso pretendido pelo candidato.

2 — A inscrição é realizada mediante entrega de requerimento em modelo a fornecer pelos serviços e deve ser acompanhada da seguinte documentação:

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Currículo escolar e profissional do candidato;
- Ficha ENES (exames nacionais do ensino secundário) para os candidatos titulares de 12.º ano que reúnam as condições previstas no n.º 3 do artigo 6.º do presente regulamento.

3 — A inscrição implica o pagamento de uma taxa a definir por despacho da presidente do IPCB.

Artigo 3.º

Prazos

1 — Os prazos a respeitar para a inscrição, realização das provas, selecção, seriação, reclamações, decisões e matrícula serão definidos por despacho da presidente do IPCB.

2 — O local, o dia e a hora da realização das provas, assim como da realização das entrevistas, serão definidos por edital do director de cada escola.

3 — O edital referido no número anterior deverá ser objecto de afixação e divulgação na página da Web do IPCB e das respectivas escolas superiores.

Artigo 4.º

Provas

1 — A avaliação da capacidade para a frequência do ensino superior integra, obrigatoriamente:

- Apreciação do currículo escolar e profissional do candidato;
- Avaliação das motivações do candidato, através da realização de entrevista;
- Realização de provas teóricas e ou práticas de avaliação de conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no curso, as quais podem ser organizadas em função dos diferentes perfis dos candidatos e dos cursos a que se candidatam.

2 — As provas incidirão, exclusivamente, sobre assuntos directamente relevantes para a frequência do curso.

Artigo 5.º

Júri

1 — O júri será nomeado pelo director, sob proposta do conselho científico de cada uma das escolas do IPCB, sendo constituído por três elementos, dos quais um será nomeado presidente de júri.

2 — Ao júri compete:

- Organizar, elaborar e proceder à correcção e classificação das provas de conhecimentos constantes da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º;
- Proceder à apreciação do currículo escolar e profissional do candidato;
- Realizar as entrevistas;
- Ordenar a grelha de seriação de candidatos;
- Propor, ao conselho científico, quando aplicável, de acordo com o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, o reconhecimento, através da atribuição de créditos nos seus ciclos de estudos, da experiência profissional e da formação dos que hajam concluído as provas com aproveitamento.

3 — A organização interna e forma de funcionamento do júri é da competência do presidente de júri.

4 — A homologação dos resultados é da competência do director de cada escola.

Artigo 6.º

Regras de realização das provas

1 — As matérias sobre as quais incidirá cada uma das provas de conhecimentos serão fixadas por despacho do director, sob proposta do conselho científico de cada uma das escolas.

2 — Sempre que uma prova de avaliação tenha validade para mais de um curso, essa informação deverá constar do edital referido no n.º 2 do artigo 3.º do presente regulamento.

3 — Os candidatos titulares do 12.º ano que, há cinco ou menos anos, hajam obtido 95 valores ou mais nas provas de ingresso fixadas para o par estabelecimento-curso para o concurso nacional de acesso ao ensino superior serão dispensados da prova referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, caso o requeriram, não sendo, no entanto, dispensados da entrevista e da avaliação curricular.

4 — A entrevista destina-se a:

- Apreciar e discutir as motivações do candidato;
- Informar o candidato acerca do curso que este pretende.

5 — A avaliação curricular destina-se a apreciar o percurso escolar e profissional do candidato.

6 — As provas a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º têm validade de três anos, podendo ser objecto de melhoria.

Artigo 7.º

CrITÉRIOS de classificação

1 — Aos candidatos é atribuída, pelo júri, uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20.

2 — A classificação final do candidato será a média aritmética simples das classificações obtidas nas provas a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º